



PUC Minas

Conjuntura Internacional

ano 3 • nº 12 • 07 a 13/05/2006 • ISSN 1809-6182

CENÁRIOS PUC MINAS

Especial

08/05/2006 - OTAN: evolução históricap.01

Desde sua criação, em 1949, até os dias atuais, a OTAN passou por um processo de transformação, ao incorporar novas atividades, enfrentar novas ameaças e iniciar seu processo de expansão rumo ao Leste Europeu. Analisa-se a liderança estadunidense, as motivações para a adesão de novos membros, suas conseqüências, assim como relacionamento da aliança com a Rússia.

Análises

10/05/2006 - Evo Morales decreta nacionalização da produção de gás e petróleo na Bolíviap.08

No dia 1º de maio de 2006, símbolo da celebração dos trabalhadores, o Presidente Evo Morales decretou a nacionalização da produção do gás e do petróleo na Bolívia. Tal medida apresentou resposta controversa por parte do presidente da Petrobras e do Presidente do Brasil.

Resenhas

10/05/2006 - União Européia suspende negociações com Sérvia e Montenegrop.10

A Comissão Européia decidiu, no dia 03 de maio de 2006, suspender as negociações que dizem respeito à entrada de Sérvia e Montenegro na União Européia. Segundo representantes da instituição, as negociações somente serão retomadas caso o governo sérvio se mostre capaz de localizar, prender e transferir Ratko Mladic, acusado de crimes de genocídio e guerra, ao Tribunal Internacional de Haia.

11/05/2006 - Tony Blair promove reforma ministerial.....p.14

Após a derrota de seu partido nas eleições municipais, Primeiro-Ministro britânico, Tony Blair, em uma tentativa de renovar seu governo, substituiu ministros de seu gabinete, dentre os quais se encontram o Ministro das Relações Exteriores e o Ministro dos Interiores.

OTAN: evolução histórica

Especial
Perfil

Sílvia Helena Guilherme Canêdo
08 de maio de 2006

Desde sua criação, em 1949, até os dias atuais, a OTAN passou por um processo de transformação, ao incorporar novas atividades, enfrentar novas ameaças e iniciar seu processo de expansão rumo ao Leste Europeu. Analisam-se a liderança estadunidense e as motivações para a adesão de novos membros.

Foi realizado nos dias 26 e 27 de abril de 2006 o Encontro Informal dos 26 Ministros do Exterior da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), em Sofia, Bulgária.

Na ocasião, foram discutidos os tópicos da agenda política da próxima Conferência da OTAN, a ser realizada em novembro de 2006 em Riga, Letônia.

Dentre as questões que receberam ampla atenção dos Ministros estão a possibilidade de treinamento de parceiros no Oriente Médio, de forma a desenvolver a capacidade destes para a realização de operações de paz; a situação das missões da aliança no Afeganistão, Darfur e Balcãs; o progresso feito pelos países candidatos a membros da aliança e as propostas relativas a uma maior estruturação do relacionamento entre a OTAN e certos países localizados além da área Euro-Atlântica.

Com relação a este último tópico, segundo o Secretário-Geral da OTAN, Jaap de Hoop Scheffer, “existiria uma desejo claro dos aliados de formar parcerias”, sendo do interesse dos aliados o estreitamento das parcerias com países não-membros também na Europa, Cáucaso e Ásia Central. Juntamente com o próprio processo de integração na área Euro-Atlântica, a questão do estabelecimento de

novas parcerias deve ser a questão central a ser discutida em Riga.

Tal proposta, apresentada pela delegação estadunidense, representaria uma iniciativa de se aumentar os laços estratégicos e militares da organização, assim como seu papel em regiões localizadas fora de sua área de influência tradicional. A idéia é de que sejam realizados, primeiramente, fóruns regulares da OTAN com Austrália, Nova Zelândia, Suécia e Finlândia, e mais tarde também com Japão e Coreia do Sul no intuito de criação de parcerias avançadas.

Segundo um diplomata da OTAN, existiria também a possibilidade de criação de parcerias avançadas com demais países de democracias desenvolvidas que tenham contribuído em missões da OTAN.

O estreitamento dos laços da OTAN com países democráticos dotados de capacidades militares poderia ajudar a organização no estabelecimento das tropas necessárias para missões difíceis, tais como a do Afeganistão.

De acordo com Jaap de Hoop Scheffer o estabelecimento dessas novas parcerias não significa que a aliança possa se tornar uma aliança global, mas sim “uma aliança com parceiros globais”. Segundo ele, uma vez que a OTAN possui operações além

de uma distância estratégica, seria necessário o diálogo com demais países interessados.

Contudo, a proposta é vista pela delegação francesa como uma tentativa de reafirmação da liderança política e militar dos Estados Unidos (EUA) na aliança, principalmente pelo fato de a mesma vir passando por questionamento. Além disso, as relações com esses países serviriam mais aos interesses estratégicos estadunidenses do que aos da aliança como um todo.

Durante o período da Guerra Fria e mesmo nos anos que se seguiram ao colapso da União Soviética, a presença estadunidense na Europa era essencial para que se pudesse manter a segurança dos europeus e mesmo garantir a estabilidade no continente. Durante esse período, o papel central dos EUA na Europa era o de conter o avanço soviético.

Já no imediato pós-Guerra Fria, as preocupações estadunidenses diziam respeito à reunificação alemã, a prevenção de um possível reaparecimento da Rússia enquanto potência e possíveis problemas surgidos na antiga área de influência soviética.

Desse modo, em um primeiro momento os Estados da Europa Ocidental não se preocuparam em criar um mecanismo de defesa comum, tendo em vista que sua segurança continuaria nas mãos da OTAN, o que garantia a presença estadunidense na Europa.

A presença estadunidense no continente garantia que o balanço de forças pendesse em favor dos países ocidentais, e não da Rússia, que, apesar de ter decaído do *status* de potência mundial, ainda dispunha de capacidades bélicas superiores aos membros europeus da OTAN. Da mesma maneira se dava o relacionamento com a Alemanha, que no âmbito da OTAN e sob liderança estadunidense poderia ser mantida sob controle, não ameaçando os demais países do continente e tampouco surgindo no

cenário europeu enquanto potência.

A preocupação com relação à Alemanha não se dava somente em função de que a mesma viesse a representar de fato uma ameaça à segurança continental, mas também porque, com a ausência dos EUA na OTAN, a Alemanha poderia se tornar líder dentro da aliança, fato que encontraria grande resistência por parte dos governos europeus.

Dessa maneira, se no imediato pós-Guerra Fria, a liderança estadunidense era desejável para que se pudesse ser promovido um ambiente de estabilidade na Europa, com o conflito nos Bálcãs em 1998 os europeus passaram a buscar uma maior autonomia nas questões de segurança do continente, renegociando com os EUA os termos da segurança coletiva.

Seus líderes expressavam o descontentamento com a posição secundária ocupada pela Europa, desgastada pelo fato de serem os EUA a tomar as mais importantes decisões e a cuidar efetivamente da segurança do continente, como demonstrado pelo conflito na Bósnia, em 1993, e no Kosovo em 1998. Nesta ocasião ficou clara a disparidade militar entre os EUA e os países europeus.

Preocupados com sua inferioridade militar e ressentidos da contínua dependência com relação a Washington, identificou-se a necessidade, por parte dos governos europeus, de criação de uma política de defesa e segurança comum, desenvolvendo suas capacidades militares. Nesse sentido, começaram as articulações em torno da criação da Política Externa de Segurança Comum da União Européia (PESC).

Contudo, apesar das movimentações em torno da criação da PESC, enquanto a mesma não for realmente consolidada e efetivada, as questões de segurança no continente ainda ficarão nas mãos da OTAN (e conseqüentemente sob liderança estadunidense), dada sua capacidade

única de prover os recursos militares e de preservar ou ainda melhorar as relações políticas entre os estados europeus de forma a moderar o dilema de segurança no continente.

Ao manterem-se líderes dentro da aliança e fazer uso de sua estrutura, os EUA assegurariam sua presença nas questões de seus interesses e afastariam a possibilidade de que algum outro estado venha a superar sua capacidade militar.

Além disso, é a presença dos EUA no continente que facilita a cooperação entre os europeus e garante que não ocorrerão agressões entre eles. Na ausência da ameaça soviética e sem a presença dos EUA, as relações entre os europeus possivelmente seriam alteradas, e eles passariam a ver uns aos outros com medo e desconfiança, como ocorreu durante todo o período anterior à Guerra Fria. Conseqüentemente, as preocupações com os ganhos relativos ressurgiriam, e eles não teriam mais grandes incentivos para cooperar.

Nesse sentido, a posição dos EUA na aliança é beneficiada pela falta de confiança existente entre os próprios Estados europeus, somado o fato de que, na sua ausência, nenhum país europeu poderia se apresentar enquanto líder natural no continente.

Isso ocorre uma vez que a Alemanha, enquanto maior força econômica do continente possivelmente enfrentaria a maior resistência por parte dos governos europeus; a França, país que possui desejo político de liderar a Europa não possuiria poder para tal; o Reino Unido, não abandonaria seu relacionamento privilegiado com os EUA ou seu papel dentro da estrutura da OTAN. Por fim, Itália e Espanha, outros países populosos dentro da aliança, possuiriam somente ambições regionais.

Restou a UE então, até o momento, tentar intensificar a cooperação com a OTAN, ao mesmo tempo em que tenta desenvolver sua estrutura de defesa coletiva.

Histórico

Após a Segunda Guerra Mundial, a ordem internacional definiu-se com relativa simplicidade, uma vez que existiam fronteiras ideológicas e zonas de influência claras e bem delimitadas. A situação de debilidade em que se encontravam as potências européias fez com que os EUA e a União Soviética (URSS) emergissem como superpotências mundiais, estabelecendo a Guerra Fria, período marcado pelas disputas de dois modelos ideológicos, políticos e econômicos antagônicos.

Diante de um contexto de relativo vazio de poder no continente, e em função da expansão soviética na Europa, uma aliança ocidental liderada pelos EUA funda, em 1949, a Organização do Tratado do Atlântico Norte - OTAN - uma aliança de assistência mútua que tem como principal objetivo garantir a liberdade e a segurança de seus membros, seja por meios políticos ou militares. A segurança da Europa Ocidental estava, portanto, associada aos EUA.

Constituída inicialmente por Bélgica, Canadá, Dinamarca, Estados Unidos, França, Islândia, Itália, Luxemburgo, Holanda, Noruega, Portugal e Reino Unido, a OTAN, com o decorrer dos anos assistiu a entrada de novos Estados na aliança, como por exemplo a Grécia e Turquia em 1952, a então República Federal da Alemanha (Alemanha Ocidental) em 1955 e a Espanha em 1982.

Em resposta à criação da Aliança e a posterior adesão da Alemanha Ocidental, a URSS, juntamente com outros Estados comunistas europeus, criou em 1955 o Pacto de Varsóvia, aprofundando ainda mais a divisão do continente.

A OTAN foi fundada nas bases de um tratado entre Estados membros, o que significa dizer que seus membros se comprometem a se defender mutuamente no caso de uma eventual agressão militar

contra qualquer um deles. Ou seja, um ataque armado contra uma ou várias das partes constituintes, seja na Europa ou na América do Norte, será considerado um ataque a aliança como um todo.

Além disso, o Tratado requer a obrigação de que nenhum dos seus membros participará de nenhum outro compromisso internacional que possa contradizer suas disposições.

Na época de sua assinatura, o Tratado tinha como propósito imediato a defesa de seus membros contra uma ameaça potencial resultante da crescente influência política e capacidade militar da URSS. Porém, com a fragmentação da mesma em 1991, e com a conseqüente dissolução do Pacto de Varsóvia, muito se discutiu a respeito do papel da Aliança, chegando-se inclusive a afirmar que a mesma deixara de ter qualquer tipo de utilidade. Isso se deu em função de que uma vez que uma aliança é criada em função de um inimigo específico, e uma vez que esse inimigo desaparece, a aliança não teria mais razões para continuar operante, já que os aliados não teriam motivos para manter a coalizão militar.

Contudo, novas questões se apresentaram para a aliança. Em sua nova agenda, expressa pela publicação em 1991 do Novo Conceito Estratégico (*New Strategic Concept*), a OTAN passou a responder a questões tais como a reunificação da Alemanha e a reintegração da mesma às organizações internacionais; o relacionamento dos membros da aliança com os Estados que faziam parte do Pacto de Varsóvia, assim como o relacionamento dos mesmos com a própria Rússia e os países que surgiram com a desintegração da URSS. Além disso, o fim do conflito leste-oeste criou um vácuo de poder na antiga área de influência soviética, o que possibilitou o desencadeamento de instabilidades na região da antiga Iugoslávia e em certas regiões da antiga URSS, que acabaram se tornando palco de diversos conflitos regionais, por motivos

de natureza étnica e em função das instabilidades políticas, econômicas e sociais que enfrentavam.

A perpetuação da Aliança se apresentava então como a melhor alternativa para a preservação da segurança no continente, ao se reafirmar enquanto instrumento de cooperação entre seus membros e ao assegurar o contínuo comprometimento dos EUA com a segurança européia.

Porém, fazia-se necessária a instituição de novas formas de cooperação militar e política, de forma a resolver os conflitos regionais e preservar a paz e a estabilidade na Europa. Nesse sentido, tendo em vista que sua estrutura não se baseava somente em mecanismos de contenção da ameaça soviética, foi possível a realização de reformulações de forma que a Aliança pudesse permanecer como um organismo operante no cenário internacional, assumindo novas tarefas tais como operações de gestão de crise, de manutenção e preservação da paz, de combate ao terrorismo, a proliferação de armas de destruição em massa, assim como a adesão de novos Estados membros ao Tratado, previsto no Artigo 10 do Tratado de Washington.¹

É nesse sentido inclusive que se dá o avanço da OTAN rumo ao Báltico e Leste Europeu, através da incorporação de países que antes faziam parte do Pacto de Varsóvia e que, portanto, estavam sob a esfera de influência da União Soviética, e posteriormente da própria Rússia.

¹ O Artigo 10 do Tratado de Washington dita que “As Partes podem, por acordo unânime, convidar a aderir a este Tratado qualquer outro Estado Europeu capaz de favorecer o desenvolvimento dos princípios do presente Tratado e de contribuir para a segurança da área do Atlântico Norte. Qualquer Estado convidado nesta conformidade pode tornar-se Parte no Tratado mediante o depósito do respectivo instrumento de adesão junto do Governo dos Estados Unidos da América. Este último informará cada uma das Partes do depósito de cada instrumento de adesão.”

A Constituição de Parcerias

Determinados a contribuir com a construção de uma ordem política pacífica na Europa pós-Guerra Fria, os países membros da OTAN decidiram estabelecer quatro novas instituições: A Parceria pela Paz; o Conselho permanente OTAN-Rússia; A Comissão OTAN-Ucrânia; e o Conselho de Parceria Euro-Atlântica, que veio a substituir, em 1997, o Conselho de Cooperação do Atlântico Norte.

O Conselho de Cooperação do Atlântico Norte, estabelecido em 1991, apesar de não ter se constituído enquanto instância de decisão servia para a realização de consultas entre os até então 16 ministros da OTAN e os 20 países parceiros, antigos membros do Pacto de Varsóvia, da antiga União Soviética mais Eslováquia e República Tcheca.

Sua substituta, a Parceria Euro-Atlântica - EAPC (sigla em inglês), representa a principal instância para consulta e cooperação entre os 26 membros plenos da OTAN e seus 20 parceiros da área Euro-Atlântica², tendo sido desenvolvido a partir de então um programa intensivo de cooperação prática e consulta regular entre esses 46 países parceiros.

Já a Parceria pela Paz - PfP (sigla em inglês), criada em 1994, diz respeito a um programa de cooperação bilateral entre a OTAN e países não-membros. Todos os antigos membros do Pacto de Varsóvia integraram a PfP, assim como antigas repúblicas da URSS e países europeus neutros, como Finlândia, Suécia, Áustria e Suíça.

Com relação à Rússia e à Ucrânia, a OTAN estabeleceu relações bilaterais

² São parceiros: Albânia, Armênia, Áustria, Azerbaijão, Belarus, Cazaquistão, Croácia, Finlândia, Geórgia, Irlanda, Antiga República da Macedônia, Moldova, Quirquístão, Rússia, Suécia, Suíça, Tadjiquistão, Turcomenistão, Ucrânia, Uzbequistão.

formais. Assim foram criados o Conselho Permanente OTAN-Rússia e a Comissão OTAN-Ucrânia com o objetivo de facilitar a consulta e a discussão acerca de questões relativas a segurança, tais como a situação nos Bálcãs, gestão de crises e não proliferação de armas de destruição em massa, por exemplo.

Também foram intensificadas as negociações com países mediterrâneos, tendo sido estabelecido em 1995 o Diálogo Mediterrânico com seis países: Egito, Israel, Jordânia, Mauritânia, Marrocos e Tunísia, com a adesão da Argélia em 2000.

O Processo de Expansão

A decisão estadunidense de aceitar a admissão de ex-membros do Pacto de Varsóvia foi altamente controversa, sendo considerada por muitos como inevitável.

Ao trazer alguns dos países da Europa central, do leste, da antiga URSS e a própria Rússia para a OTAN, os EUA garantiriam a segurança de países que foram muitas vezes sacrificados pela política das grandes potências, além de estender a zona europeia de paz e prosperidade do oeste rumo ao leste, ao desenvolver democracias e economias de mercado.

Contudo, caso a Rússia entendesse que a expansão representava uma ameaça para seus interesses fundamentais, cessando a cooperação com o ocidente, o processo de expansão da OTAN comprometeria uma dos interesses fundamentais dos aliados em sua política pós-Guerra Fria, o desenvolvimento de uma democracia russa orientada pelo ocidente.

O conflito na Bósnia em 1993 ressaltou as novas dificuldades que a OTAN enfrentaria nesse novo contexto europeu, assim como fez aumentar as pressões dos ex-membros do Pacto de Varsóvia no sentido de adesão à OTAN.

Já no ano seguinte, sob a administração Clinton, ficou decidido que a questão não

era mais se a OTAN expandir ou não, mas sim de quando e como o faria.

Assim, em julho de 1997, em uma Conferência em Madri, os Chefes de Estado e de Governo dos países membros da OTAN convidaram três países para iniciar o processo de negociação, sendo que em março de 1999, República Tcheca, Polônia e Hungria se tornaram formalmente membros da Aliança.

A primeira rodada de expansão da OTAN enfrentou forte oposição, principalmente de especialistas nas relações Rússia-OTAN. Esses temiam que a decisão de expandir pudesse desencadear tendências nacionalistas, militaristas e anti-ocidente na opinião pública russa, tendo um efeito adverso do desenvolvimento da democracia russa; restaurando a atmosfera das relações leste-oeste durante a Guerra Fria e dificultando, de uma maneira geral, a cooperação entre a Rússia e a OTAN.

O processo de expansão teve continuidade, e em março de 2004 sete novos países formalmente se juntaram à Aliança: Bulgária, Estônia, Letônia, Lituânia, Romênia, Eslováquia e Eslovênia. Outros três, Albânia, Croácia e Macedônia, são membros do Plano de Ação da OTAN, órgão designado para assistir países parceiros que aspiram a se enquadrar nos padrões da OTAN e que se preparam para se tornar futuros membros.

Diante deste cenário, a OTAN, ao adquirir novas funções e assistir a entrar de novos membros, demonstra sua vitalidade e sua capacidade única em termos de garantia de segurança de seus membros, expandindo sua área de atuação, estabelecendo relações cooperativas com possíveis adversários e reafirmando a liderança estadunidense.

Referência

- ALENCAR, Dimas M. e PEREIRA, Roberta D. **A criação da Otan e sua permanência no período pós-Guerra Fria**. In. *Fronteira*, v.3, n.5, junho, 2004. Belo Horizonte: Pucminas.
- BROWN, Bernard E. **Europe's Rise - Nato's Demise?**. In. *American Foreign Policy Interests*, 23: 283-198, 2001.
- DINIZ, Eugenio. 2003. **Realismo, Institucionalismo Liberal e a Inserção Internacional do Brasil: uma agenda de pesquisa empírica**. In: **Instituições internacionais: comércio, segurança e integração**. Ed. PucMinas Belo Horizonte, 2003.
- GOLDGEIER, James M. **Not Whether But When- The U.S. Decision to Enlarge Nato**. Brookings Institute Press. Washington ,D.C. 1999.
- HERZ, Mônica; HOFFMAN, Andrea. **Organizações Internacionais: História e Práticas**. Ed. Elsevier. Rio de Janeiro, 2004.
- LAYNE, Christopher. **US Hegemony and the Perpetuation of Nato**. 2000.
- MEARSHEIMER, John J. **Back to the Future - Instability in Europe After the Cold War**. In. *International Security*, v. 15, n. 1, Summer, 1990.
- YOST, David S. **NATO Transformed - The Alliance's New Roles in International Security**. United States Institute of Peace Press. Washington, D.C. 2003.
- NATO Handbook. **Nato Office of Information and Press**. 2001. Bruxelas.
- Tratado de Washington disponível em: <http://www.nato.int/docu/other/po/treaty-po.htm>

Sites:

Financial Times

<http://news.ft.com/>

OTAN

<http://www.nato.int/>

The New York Times

<http://www.nytimes.com/>

Evo Morales decreta nacionalização da produção de gás e petróleo na Bolívia

Análise
Integração Regional / Desenvolvimento

Júlia Drumond Caiado
10 de maio de 2006

No dia 1º de maio de 2006, símbolo da celebração dos trabalhadores, o Presidente Evo Morales decretou a nacionalização da produção do gás e do petróleo na Bolívia. Tal medida apresentou resposta controversa por parte do presidente da Petrobras e do Presidente do Brasil.

No dia 1º de maio de 2006, o presidente boliviano, Evo Morales, em uma medida de caráter unilateral, decretou a nacionalização da produção e exploração de gás e petróleo no país. Como forma de garantir que as instalações não fossem destruídas, Morales determinou a ocupação dos campos de produção das empresas estrangeiras por forças militares. Segundo o presidente, a decisão tomada pelo governo se baseia na premissa de que, “como nação soberana e independente”, a Bolívia tem o direito de deter a maioria dos benefícios advindos da exploração de recursos naturais de seu próprio país.

De acordo com o Decreto Supremo nº 28701 de nacionalização do gás, apresentado por Evo Morales, todas as companhias estrangeiras de petróleo em operação na Bolívia devem entregar 51% do controle da empresa ao governo boliviano num prazo máximo de 180 dias. A *Yacimientos Petrolíferos Fiscales de Bolívia* (YPFB), empresa estatal boliviana, assume, como representante do Estado, a comercialização dos hidrocarbonetos, definindo condições, volumes e preços, tanto para o mercado interno como para a exportação e industrialização. Além disso,

o governo ainda declarou que as companhias que operarem nos campos de San Alberto e San Antonio, os dois maiores campos de extração, terão direito a apenas 18% da produção. Ou seja, jazidas que operarem com produção diária superior a 3 milhões de metros cúbicos terão uma taxa extra de 32% sobre o valor da produção.

Os efeitos desse decreto atingem diretamente a Petrobras - companhia estatal brasileira que possui US\$1,6 bilhão em investimentos no país andino -, uma vez que o aumento dos impostos tem efeito negativo direto sobre a rentabilidade dos ativos da empresa. Frente à nacionalização das plantas de empresas estrangeiras na Bolívia, o presidente da Petrobras, José Sergio Gabrielli, declarou que todo e qualquer investimento a ser realizado na Bolívia seria cancelado. Isso porque, apesar da nova carga tributária para os campos mais produtivos - que subiu de 50% para 82% - ser de caráter provisório, não há nenhum sinal por parte do governo boliviano de que esta apresentará reduções futuras. Além disso, existe o medo de um possível corte no fornecimento de energia por parte do governo boliviano, o qual ainda ameaça elevar consideravelmente o preço

do gás. A Bolívia argumenta que o preço do gás até então comprado pelo Brasil estaria abaixo dos padrões internacionais.

A fim de resolver tal impasse foi realizado em Puerto Iguazú, no dia 04 de maio, na Argentina, um encontro de quatro presidentes de países da América Latina, sendo eles Brasil, Bolívia, Venezuela e Argentina. O objetivo da reunião era discutir os efeitos da recente nacionalização das reservas de gás na Bolívia, assim como o futuro da integração energética na América Latina. Nesse encontro ficou acordado que a Bolívia continuaria a fornecer gás para seus maiores consumidores, Brasil e Argentina, com a ressalva de que os preços seriam discutidos bilateralmente. Além disso, decidiu-se que a Bolívia se juntaria aos outros países na construção de um gasoduto na América do Sul, o qual teria oito mil quilômetros, começando na Venezuela e terminando na Argentina.

Durante a reunião, o presidente brasileiro contradisse a declaração dada pelo presidente da Petrobras acerca do fim dos investimentos na Bolívia. Segundo Luiz Inácio Lula da Silva, o mais importante é garantir o abastecimento de gás para uso veicular, doméstico e industrial. O presidente nega que exista uma crise entre os dois países e insiste que o diálogo é a melhor forma de se chegar a um acordo com a Bolívia sobre o abastecimento e o preço do gás natural.

O fato de o presidente do Brasil ter lidado com a situação de forma passiva e declarar através de nota oficial do Palácio do Planalto que reconhece a decisão soberana da Bolívia, pode acabar prejudicando a imagem do país no plano interno e externo.

Internamente, a postura conciliadora do governo diante da decisão da Bolívia de nacionalizar as reservas de petróleo e gás prejudica os interesses econômicos da maior estatal brasileira, em favor do aprofundamento dos laços entre países da América Latina. Tal comportamento pode

trazer sérias implicações para o Brasil ao tornar público a existência de divergências internas entre o Presidente do país e o presidente da Petrobras.

Já com relação ao contexto internacional, o ato de Evo Morales compromete os esforços realizados para tornar a América Latina atraente e confiável aos investidores estrangeiros. Pode-se argumentar que a postura adotada pelo governo brasileiro enfatiza o fato de que toda a região pode vir a arcar com os custos da atitude tomada por um único país.

Referência

Sites:

Folha On-Line

<http://www.folhaonline.com.br/>

Defesa Net

<http://www.defesanet.com.br/>

Petrobrás

<http://www.noticiaspetrobras.com.br/>

La Razón

<http://www.la-razon.com/>

Centro de Tecnologia do Gás

<http://www.ctgás.com.br/>

Ver também:

16/02/2006 - [Bolívia: centralidade e geopolítica na América do Sul](#)

08/07/2005 - [Instabilidade Política na Bolívia](#)

15/04/2005 - [Bolívia revisa sua lei para exportações de hidrocarboneto](#)

União Européia suspende negociações com Sérvia e Montenegro

Resenha
Integração Regional / Segurança

Rafaella Arruda Melo Pereira
10 de maio de 2006

A Comissão Européia decidiu, no dia 03 de maio de 2006, suspender as negociações que dizem respeito à entrada de Sérvia e Montenegro na União Européia. Segundo representantes da instituição, as negociações somente serão retomadas caso o governo sérvio se mostre capaz de localizar, prender e transferir Ratko Mladic, acusado de crimes de genocídio e guerra, ao Tribunal Internacional de Haia.

Alegando o fracasso de Sérvia e Montenegro em localizar, prender e transferir o acusado de crimes de guerra e genocídio Ratko Mladic, ao Tribunal Criminal Internacional para a Antiga Iugoslávia (ICTY em inglês)¹, o Comissário responsável pela ampliação da União Européia (UE) decidiu, no dia 03 de maio de 2006, suspender as negociações feitas com Sérvia e Montenegro. Segundo Olli Rehn, a Comissão se prontifica a retomar as negociações para a entrada do país na UE assim que o governo sérvio² se mostrar capaz de atender às exigências feitas.

A atualização da avaliação detalhada em relação ao nível de cooperação do governo sérvio com o ICTY se mostrou negativa segundo a Chefe de Acusação de Crimes do Tribunal, Carla Del Ponte. Para ela, foi uma grande decepção que Ratko Mladic não tivesse sido entregue ao Tribunal

Internacional no prazo estabelecido pelos representantes da UE e pelo Primeiro-Ministro sérvio, Vojislav Kostunica. Esse prazo, que já havia sido estendido a pedidos do primeiro-ministro, estava estabelecido para o fim de abril de 2006.

Ratko Mladic, ex- comandante do Exército sérvio durante os anos de 1991 a 1995, está foragido há cerca de 10 anos. Dentre outros crimes, Mladic é acusado pelo massacre de 8 mil bósnios muçulmanos em Srebrenica, no ano de 1995, e pelo cerco de 3 anos e meio e bombardeio feitos na cidade bósnia de Sarajevo. Mladic comandou as forças sérvias durante o conflito nos Bálcãs marcado pela tentativa de limpeza étnica promovida pelo então presidente iugoslavo, o sérvio Slobodan Milosevic. O conflito civil resultou na morte de cerca de 200 mil pessoas.³

Nova Constituição

¹ O ICTY é um tribunal *ad hoc* criado pelo Tribunal Penal Internacional de Haia, localizado na Holanda.

² As exigências da UE se remetem especificamente ao governo da República da Sérvia (Primeiro-Ministro Vojislav Kostunica) e não à Federação Sérvia e Montenegro.

³ A unidade da República Socialista da Iugoslávia se manteve sob tensões étnicas até o início dos anos 90, quando, após o colapso do socialismo, os movimentos separatistas se acirraram, resultando no intenso conflito civil na região dos Bálcãs.

O estreitamento das relações entre os dois antigos países iugoslavos ocorreu em março de 2002, quando representantes da Sérvia e de Montenegro assinaram o Acordo de Belgrado para o estabelecimento de uma União de Estados (*State Union*). Em 2003, com a assinatura de uma Carta Constitucional, os países se reestruturaram em uma única federação composta por duas repúblicas, chamada Sérvia e Montenegro. A partir dessa Carta Constitucional, ficou também acordado que, após três anos de sua assinatura (2006), cada república teria o direito à realização de um referendo que permitisse decidir pela continuidade ou não do caráter de União de Estados entre os países.⁴

Pela Carta Constitucional, Sérvia e Montenegro passaria a ter um Presidente Federal, bem como os Ministros de Defesa e Relações Exteriores. Mas as duas repúblicas permaneceriam Estados semi-independentes, com sua própria legislação, economia e representantes.

Em 2003, Svetozar Marovic foi eleito Presidente de Sérvia e Montenegro.

Negociações com UE

As negociações para a entrada de Sérvia e Montenegro na UE iniciaram-se em 1999, quando representantes europeus propuseram um novo Acordo de Associação e Estabilização (SAA, sigla em inglês) para cinco países do leste Europeu, incluindo a Sérvia e Montenegro, nessa época ainda constituindo federações independentes.

Porém, o passo mais importante para a adesão do país à UE foi dado em outubro

de 2005, quando as negociações para a SAA foram de fato lançadas.

A SAA, no contexto do Processo de Associação e Estabilização (SAP), constitui-se passo essencial para a concretização da adesão de novos países à UE. No caso específico de Sérvia e Montenegro, a continuidade do processo de negociação depende, segundo os representantes da UE, do progresso do país em cumprir as questões básicas demandadas pela Comissão Européia. Dentre as exigências para a futura adesão estão: reformas da administração pública e judiciária; confirmação do controle democrático efetivo sobre as Forças Militares; redução do déficit público; redução da dívida externa e das taxas de inflação; reestruturação e privatização do setor bancário; respeito às questões de Direitos Humanos e direitos das minorias; combate à corrupção e crime organizado; intensificação do diálogo com o Kosovo e respeito à resolução 1244 do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU) para a região e cooperação plena com o ICTY, dentre outras.

Desde 1999, ano da expulsão das forças sérvias de Kosovo pela Organização do Tratado do Atlântico Norte, a região tem sido governada pela administração interina da ONU, a *Interim Administration Mission in Kosovo* (UNMIK). O controle internacional do Kosovo está sob autoridade do Conselho de Segurança, segundo definido na Resolução 1244. Atualmente, negociações têm ocorrido em âmbito internacional com vistas a definir o status constitucional da região que se encontra, legalmente, no território sérvio.

A declaração de 03 de maio de 2006 de Olli Rehn confirma a necessidade de se continuarem cumprindo as exigências para a futura adesão do país à UE. A próxima rodada de negociação estava marcada para ocorrer no dia 11 de maio de 2006, tendo sido, conseqüentemente, suspensa.

Além dos países europeus pertencentes à

⁴ Em Montenegro, o referendo será realizado no dia 21 de maio de 2006. A sociedade decidirá pela independência total do país ou pela continuidade da Federação Sérvia e Montenegro.

UE e dos representantes do ICTY, os Estados Unidos e algumas Organizações Não Governamentais de Direitos Humanos também têm pressionado o governo sérvio a tomar medidas definitivas em relação a Mladic.

Alguns acreditam - dentre eles representantes do partido sérvio *G17 Plus*, que faz parte da coalizão governista - que Mladic têm recebido apoio secreto de autoridades militares e de antigos aliados de guerra para se manter foragido. Representantes das minorias da coalizão declararam, após a suspensão das negociações com a UE, que o governo sérvio do Primeiro-Ministro Kostunica, e do Presidente Boris Tadic, tem até setembro de 2006 para capturar Mladic, caso contrário apoiarão a antecipação de eleições parlamentares para a Sérvia e retirarão o apoio à base governista.

Horas após a declaração do Comissário da UE, o líder do *G17 Plus*, Miroljub Labus, demitiu-se do cargo de chefe da Sérvia para negociações com a UE, piorando ainda mais a situação política enfrentada pelo Primeiro-Ministro. Para Labus, o fracasso de Kostunica em capturar Mladic representa uma traição às aspirações sérvias de integração à UE.

Porém, Kostunica garante que os esforços para a captura do ex-general sérvio permanecerão e que não é de conhecimento do Estado a localização do acusado, segundo afirmam alguns representantes da oposição, da própria coalizão governista e a chefe do ICTY, Carla Del Ponte. E, possivelmente, com o intuito de demonstrar à sociedade sérvia e às autoridades internacionais a capacidade de seguir adiante com o cumprimento das demandas da UE, subiu para 10, no dia 05 de maio, o número de pessoas presas pelo governo sérvio sob a acusação de práticas de genocídio e de colaboração com Mladic.

Para o Presidente Tadic, é necessário que se convoquem todas as forças políticas democráticas de Sérvia e Montenegro para

que se unam esforços e cooperação com o Tribunal Internacional de Haia.

Segundo analistas, o maior temor dos representantes sérvios, além das dificuldades de acordo com a UE, é de que, com a atual pressão política, os reacionários (de partidos de oposição e também da base governista, como as legendas Partido Radical e o *G17 Plus*) aumentem seu poder de influência sobre o país, incitando conflitos sociais e o fim da estabilidade governamental.

Referência

Sites:

BBC News

<http://www.newsbbc.co.uk>

Europe Commission Delegation

<http://www.eudelyug.org>

Europe Union

<http://www.euunion.org>

International Herald Tribune

<http://www.iht.com>

New York Times

<http://www.nytimes.com>

Open Democracy

<http://www.opendemocracy.net>

Reuters.com

<http://today.reuters.com>

União Européia Newsletter

<http://www.europa.eu.int/newsletter>

World Fact Book

<http://www.cia.gov/cia/publications>

Washington Post

<http://www.washingtonpost.com>

Ver também:

17/03/2006 - [Iniciaram-se as negociações para a adesão da Turquia à UE](#)

13/03/2006 - [Morre Slobodan Milosevic](#)

Tony Blair promove reforma ministerial

Resenha
Integração Regional

Cândida Cavanelas Mares
11 de maio de 2006

Após a derrota de seu partido nas eleições municipais, Primeiro-Ministro britânico, Tony Blair, em uma tentativa de renovar seu governo, substituiu ministros de seu gabinete, dentre os quais se encontram o Ministro das Relações Exteriores e o Ministro dos Interiores.

O Primeiro-Ministro britânico Tony Blair, eleito pela terceira vez para o cargo em 2005, anunciou a substituição de ministros de seu gabinete em 5 de maio de 2006. Isso pode ser atribuído à perda de mais de 250 distritos nas eleições municipais de 4 de maio de 2006 pelo Partido Trabalhista, que permitiu uma vitória por parte do Partido Conservador. Tal derrota evidencia que o partido de Blair vem perdendo força no Reino Unido. O provável sucessor de Blair no partido, o chanceler Gordon Brown, disse que o resultado das eleições é um sinal de que o governo deveria renovar suas políticas.

O Reino Unido é uma monarquia constitucional com o poder executivo exercido em nome da rainha pelo primeiro-ministro e por um conselho de ministros que compõem seu gabinete. A maioria dos membros deste último é composta por integrantes do Parlamento, escolhidos pelo primeiro-ministro. Os candidatos ao cargo de primeiro-ministro são escolhidos nas convenções de cada partido e chegam ao poder através das eleições para o Parlamento. Este é composto pela Câmara dos Comuns, que são os membros eleitos, e pela Câmara dos

Lordes, cujos membros devem ser indicados e não possuem poder de fato. O partido que conseguir maioria na votação para eleição dos membros da Câmara dos Comuns, que possui 646 integrantes, terá seu candidato nomeado como primeiro-ministro.

Após a perda das eleições municipais, Tony Blair resolveu modificar grande parte de seu gabinete, em uma tentativa de, talvez, contrabalançar as controvérsias envolvendo alguns de seus ministros e deslocar o foco das atenções que estiveram voltadas para a vitória do Partido Conservador. A libertação de infratores estrangeiros, após o cumprimento de penas, mas sem a consideração de extradição, por parte do então Ministro do Interior britânico, Charles Clarke, foi altamente criticada no país. Outro ministro que também recebeu críticas foi o então ministro das Relações Exteriores, Jack Straw, devido ao envolvimento das forças do país na guerra contra o Iraque. Cerca de 15 cargos tiveram seus representantes modificados, sendo que parte deles já estava em algum ministério, tendo sido apenas realocados.

As mudanças mais significativas foram a substituição de Charles Clarke por John

Reid, até então responsável pelo Tesouro do país, e a mudança do ministro das Relações Exteriores, que teve seu lugar ocupado por Margaret Beckett, ex-ministra do Meio Ambiente.

A troca do último parece ser a mais significativa, no sentido de possivelmente acarretar mudanças nas relações exteriores britânicas. Primeiramente, tem sido levantada a hipótese de que a relação pessoal de amizade entre Jack Straw e a Secretária de Estado estadunidense, Condoleezza Rice, pode ter influenciado a proximidade das posições do Reino Unido com as posições adotadas pelos Estados Unidos.

Em segundo lugar, Beckett se mostrou mais amena que Straw ao escolher diferente vocabulário para se referir a uma possível ação militar contra o Irã. Enquanto o ex-ministro dizia que uma ação militar contra tal país era inconcebível, Beckett disse que um ataque militar contra o Irã não é a intenção. Isso pode ser parcialmente explicado pela experiência prévia da ministra. Sua atuação como Ministra do Meio Ambiente traz consigo contribuições no que diz respeito à questões energéticas, ao desenvolvimento sustentável e ao meio ambiente em geral. Beckett é conhecida por seu ceticismo com relação à eficácia do uso de tecnologia nuclear para fins energéticos, visto que essa energia não é considerada sustentável e pode ser perigosa no caso de acidentes.

Uma outra influência acarretada pela substituição de Straw por Beckett pode ser argumentada a partir da posição de esquerda adotada pela mesma no início da década de 1980. Embora a ministra seja considerada fiel a Blair, ela fez críticas à invasão do Iraque no período anterior à guerra, o que poderia afetar a posição do país perante a permanência das tropas britânicas no Iraque.

Dessa forma, há uma expectativa, em até certo ponto, de que a reforma ministerial promovida por Tony Blair implique em

mudanças, especialmente no que concerne a política externa britânica e as relações do país com o resto do mundo.

Referência

Sites:

BBC News

<http://news.bbc.co.uk>

Folha Online

<http://www.folha.uol.com.br/>

Financial Times

<http://news.ft.com/home/uk>

Governo do Reino Unido

<http://www.direct.gov.uk/>

Reuters

<http://today.reuters.com/news/home>

Wikipedia

<http://en.wikipedia.org/>

Ver também:

13/05/2005 - [Terceira vitória de Tony Blair](#)

Conjuntura Internacional

Pontifícia Universidade Católica - MG

Presidente da Sociedade Mineira de Cultura: Dom Walmor Oliveira de Azevedo

Grão-Chanceler: Dom Walmor Oliveira de Azevedo

Reitor: Prof. Eustáquio Afonso Araújo

Vice-reitor: Dom Joaquim Giovanni Mol Guimarães

Assessor especial da reitoria: Prof. José Tarcísio Amorim

Chefe de Gabinete do Reitor: Prof. Osvaldo Rocha Tôrres

Conjuntura Internacional

Chefia do Depto de Relações Internacionais: Prof. Paulo Esteves

Coordenação do Curso de Relações Internacionais: Prof. Paulo Esteves

Coordenação-Geral: Prof. Javier Vadell

Conselho acadêmico: Prof. Danny Zahreddine; Prof. Eugenio Diniz; Prof. Rodrigo Corrêa Teixeira

Membros: Ana Flávia Lima Teles; Cândida Cavanelas Mares; Carolina Dantas Nogueira; Igor Andrade Vidal Barbosa; Jéssica Naime; Júlia Drumond Caiado; Rafaella Arruda Melo Pereira; Raphael Rezende Esteves; Sílvia H.G. Canêdo; Tiago Cerqueira Lazier; Wesley Robert Pereira.

Os textos aqui divulgados são de inteira responsabilidade de seus autores e não representam a opinião oficial do grupo.

Av: Dom José Gaspar, 500 Prédio 04 - Coração Eucarístico - Belo Horizonte - MG - CEP 30535-901 Tel: (31)3319-4257 email: ci@pucminas.br website: <http://www.pucminas.br/conjuntura>